Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 5995/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/19304/2016
PROTOCOLO	: 1731386
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO – PENSÃO POR MORTE
BENEFICIÁRIA	: ROBERTA DAYANI DA SILVA NAKAYA SANTOS
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE – BENEFICIÁRIA – CÔNJUGE – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – TEMPESTIVIDADE – REGISTRO.

Trata-se o processo de concessão de Pensão por Morte concedida a beneficiária, ***Sr.ª Roberta Dayani da Silva Nakaya Santos***, na condição de cônjuge do ex-servidor, Sr. Alcimar Silva dos Santos, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da ICEAP, por meio da sua Análise ANA-ICEAP-10550/2018, peça n.º 08, e o MPC, por meio do seu Parecer PAR-2ª PRC 6952/2018, peça n.º 09, se manifestaram opinando pelo **REGISTRO** da presente concessão.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

É o relatório. Passo a decidir.

Examinados os autos, constato que a Pensão Por Morte concedida à beneficiária Sr.ª Roberta Dayani da Silva Nakaya Santos, na condição de cônjuge do ex-servidor, Sr. Alcimar Silva dos Santos encontra-se formalizada conforme os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

A Pensão foi concedida regularmente a interessada, com fundamento no art. 31, II “a”, c/c o art. 13, I, art. 44, II, art. 45, I, e art. 46, todos da Lei n.º 3.150/05 e CI/PROJUR/AGEPREV n.º 17, de 04 de abril de 2016, c/c a Lei Federal n.º 13.135/15, Lei Federal n.º 13.183/15 e Nota Técnica n.º 11/2015/CGNAL/DRPSP/SPPS, conforme Decreto “P” n.º 3.621/16, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul n.º 9.232, de 19 de agosto de 2016.

Conforme consta dos autos, a remessa de documentos foi tempestiva a esta Corte de Contas, de acordo com a Instrução Normativa TC/MS n.º 35 de 14/12/2011, alterada pela Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28/11/2012.

ESPECIFICAÇÃO	DATA
Publicação	19/08/2016
Prazo de Entrega	05/09/2016
Remessa (postagem/protocolo)	02/09/2016

Diante do exposto, acolhendo a análise técnica e o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pelo **REGISTRO** da concessão de Pensão Por Morte a beneficiária **Sr.ª Roberta Dayani da Silva Nakaya Santos**, na condição de cônjuge do ex-servidor, Sr. Alcimar Silva dos Santos, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com fulcro no artigo 34, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c/c artigo 10, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas.

II – Pela comunicação do resultado desta Decisão aos interessados, em obediência ao artigo 50, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 02 de julho de 2018.

Cons. MARCIO MONTEIRO
RELATOR

Jac